

ANÁLISE E AUTONOMIA DA LÓGICA NO PRIMEIRO WITTGENSTEIN*

*Gustavo Gueraldini Michetti***

PPGFil- Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O objetivo desse trabalho é investigar a gênese do conceito de análise e sua relação com a autonomia da lógica no primeiro Wittgenstein. Em primeiro lugar, essa relação é explorada no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), em que o conceito de análise se apresenta de modo definitivo para este período da filosofia de Wittgenstein. Em segundo lugar, examina-se como a possibilidade de uma análise completa das proposições usuais caracteriza uma dificuldade para a autonomia da lógica no início dos *Notebooks* (1914-1916) e em algumas passagens das *Notes on Logic* (1913) e das *Notes dictated to Moore in Norway* (1914): como pode existir uma análise completa das proposições sem que a lógica deixe de ser autônoma? Para solucionar esse problema, os *Notebooks* exploram uma alternativa completamente estranha aos outros textos do primeiro período da filosofia de Wittgenstein, a alternativa de compreender o sentido pleno das proposições usuais sem recorrer à análise. Por fim, mostra-se que nas anotações entre os anos de 1913-1916 é possível identificar a gênese do conceito de análise e de sua relação com a autonomia da lógica tal como apresentados no *Tractatus*.

Palavras-Chave: Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus*, autonomia da lógica, análise.

Abstract: The aim of this paper is investigate the genesis of the concept of analysis and its relation with the autonomy of logic in the Early Wittgenstein. In the first place, this relation is explored in the *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) which the concept of analysis is presented in a definitive way in this period of Wittgenstein's philosophy. Secondly, examines how the possibility of a complete analysis of usual propositions characterize a difficulty to the autonomy of logic at the beginning of *Notebooks* (1914-1916) and at certain points of *Notes on Logic* (1913) and *Notes dictated to Moore in Norway* (1914): how can exist a complete analysis of proposition without logic ceasing to be autonomous? To solve this problem, the *Notebooks* explore an alternative completely strange way for the other texts of Wittgenstein's early philosophy, the alternative to understand the complete sense of usual propositions without analysis. In conclusion, shows that between the years 1913 and 1916 can be identify the genesis of concepts of analysis and its relation with autonomy of logic such as in *Tractatus*.

Keywords: Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus*, Autonomy of logic, Analysis.

* Abreviações das obras de Wittgenstein: NB – *Notebooks* (1914-1916), seguido do dia, mês e ano e a entrada em que a referência se encontra; NL – *Notes on Logic* (1913), seguido da página em que a referência se encontra; NM – *Notes dictated to G.E. Moore in Norway* (1914), seguido da página em que a referência se encontra; TLP – *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), seguido do número do aforisma.

** O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES).

Introdução

Já é bem conhecida a distinção entre lógica e sua aplicação, assim como as suas relações com a *possibilidade* e *efetividade* de uma análise completa das proposições usuais no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). Nessa obra, uma análise completa das proposições usuais que revelasse quais são as formas de todas as proposições elementares e, conseqüentemente, a forma dos estados de coisas que elas afiguram, era caracterizada como um postulado da plena determinação do sentido, como a possibilidade de determinar os sinais simples. O que a lógica do *Tractatus* pode antecipar – isto é, esclarecer de maneira *a priori* – sobre a forma das proposições completamente analisadas é: todas são uma concatenação imediata de nomes, elas têm de ser independentes umas das outras e devem figurar uma possibilidade elementar (um estado de coisas possível) no mundo. Ademais, toda e qualquer proposição usual tem de ter como base proposições elementares, proposições que determinam completamente o sentido do uso cotidiano de nossas palavras, ou seja, a proposição da linguagem comum, que exprime um sentido aparentemente vago por meio de seus sinais, tem o seu sentido completamente esclarecido por meio da proposição elementar – essa revela o que há de essencialmente simbólico e oculto na superfície dos sinais da linguagem cotidiana. Isso é tudo o que a lógica pode antecipar acerca da análise completa e da forma das proposições elementares.

O mote “a lógica tem de cuidar de si mesma”, que abre o aforismo 5.473 do *Tractatus*, mostra que é do escopo da lógica as condições que esclarecem a natureza essencialmente simbólica das proposições, aquilo que possibilita uma proposição exprimir um sentido determinado sem que, para isso, fosse necessário recorrer ao mundo¹. Podemos ler os aforismos 5.55s, em que Wittgenstein distingue a autonomia da lógica de sua aplicação, a partir do mote apresentado no aforismo 5.473. Se a lógica tem de esclarecer as condições de possibilidade do sentido proposicional, ela não pode “especificar o número dos nomes com significados diferentes” (TLP, 5.55) e, conseqüentemente, nem mesmo especificar a forma pela qual eles se articulam em proposições elementares, já que essa especificação não poderia ser logicamente fornecida. Toda questão que “se possa decidir por meio da lógica” não pode envolver um “olhar para o mundo” (TLP, 5.551), elas devem ser estritamente respondidas no âmbito da lógica. Nesse caso, se a especificação dos nomes com diferente significados envolve algo que encontra a sua determinação última no mundo (um olhar para o mundo), especificá-los escapa completamente do escopo da

¹ Voltaremos à análise pormenorizada do emblema “a lógica tem de cuidar de si mesma” na seção 1 deste artigo, na qual discutiremos como Wittgenstein problematiza as relações da autonomia da lógica, filosofia e análise completa no início dos *Notebooks* (1914-1916).

lógica. Todas as questões que a lógica pode responder, têm de ser respondidas de maneira totalmente *a priori* por ela própria, independentemente de toda e qualquer experiência de *como* as coisas estão, de que algo é *assim* ou assado (TLP, 5.552). Por essa perspectiva, a autonomia da lógica revela-se na sua anterioridade em relação aos fatos, na sua independência em relação a toda *especificidade* das formas lógicas das proposições elementares, ainda que faça parte de seu escopo esclarecer o que, no *geral*, consiste em tais formas. A generalidade com que a lógica trata as formas elementares revela que não é de seu escopo determinar *como* as coisas estão por meio de uma forma específica, mas cabe a ela esclarecer o *quê*: que as proposições elementares são logicamente independentes entre si, que são uma concatenação imediata de nomes e figuram estados de coisas.

No que concerne a análise completa das proposições usuais, a lógica do *Tractatus* não pode fornecê-la de maneira *a priori*. A análise *efetiva* das proposições usuais revelaria quais são todos os nomes e a forma pela qual eles se articulam em proposições elementares e, conseqüentemente, mostraria a forma pela qual os significados desses nomes se articulam em estados de coisas. Esse é o ponto em que a lógica se aplica ao mundo: “a aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem. / O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar. [...] / Se não posso especificar *a priori* as proposições elementares, querer especificá-la deve redundar em contrassenso manifesto” (TLP, 5.557 e 5.5571). A especificação das formas elementares tem de ser o resultado final da análise completa das proposições usuais. Embora o final da análise seja um “pressuposto”² para decidir a possibilidade da verdade de uma proposição, para restringir “a realidade a um sim ou não” (TLP, 4.023), a lógica não necessita especificar a forma das proposições usuais para esclarecer a forma lógica geral das proposições. Ao que tudo indica, esse é o ponto em que a lógica se distingue de sua aplicação: os critérios para uma possível análise completa das proposições são lógicos e não podem ser justificados por pressupostos que seriam fornecidos pelas formas das proposições elementares, na efetividade da análise das proposições usuais. Se assim é, resta a pergunta: quais são os critérios lógicos para o processo de análise completa das proposições? Ou, dito de outro

² Salvo engano, esses são os pressupostos indicados por Ramsey quando comenta a teoria da proposição do *Tractatus*: “Pressupor estas coisas (proposições atômicas e objetos simples) é, como ele diz, pressupor o caráter determinado do sentido, [é pressupor] que a análise deve ter um fim. Se não [houvesse o] simples, nenhuma figuração poderia ser feita que não pudesse ser um contrassenso” (RAMSEY, 2018, p. 215). Esses pressupostos mostram que a lógica não necessita especificar *como* os objetos simples estão concatenados em estados de coisas, mas revelam a necessidade lógica de *que* objetos sejam dados numa combinação possível de estado de coisas, isto é, a lógica pode prescindir da experiência de *como* as coisas estão, mas não pode prescindir do *quê* (TLP, 5.552)

modo, qual seria o parâmetro lógico que permitiria identificar o ponto de partida e o ponto de chegada de uma análise completa?³

Partindo desse problema e das soluções possíveis que Wittgenstein apresenta para desarmá-lo, busco traçar a gênese do conceito de análise e como ele se relaciona à autonomia da lógica nos escritos que precederam o *Tractatus*. Para tanto, este artigo percorrerá as seguintes etapas: (i) descrever a caracterização de autonomia da lógica e a “tarefa da filosofia” fornecida por Wittgenstein no início dos *Notebooks (1914-1916)*, bem como o problema que a análise completa das proposições acarreta para a filosofia nesses escritos; (ii) analisar algumas passagens das *Notes on Logic (1913)* e das *Notes dictated to Moore in Norway (1914)* em que a filosofia é definida a partir de dois aspectos – enquanto lógica (a base da filosofia) e metafísica – e como eles se relacionam com a possibilidade e efetividade da análise completa das proposições; (iii) retomar o problema da análise nos *Notebooks* e mostrar que a analisabilidade das proposições é uma dificuldade para a autonomia da lógica; (iv) por fim, examinar trechos dos *Notebooks* em que Wittgenstein parece questionar a possibilidade de uma análise completa, que seria possível mostrar o sentido das proposições usuais sem a necessidade de analisá-las completamente.

I

A emblemática sentença “a lógica tem de cuidar de si mesma” (NB, 22/08/1914), que abre o itinerário lógico-filosófico de Wittgenstein ao longo dos anos de 1914 a 1916 (os *Notebooks 1914-1916*), destaca dois aspectos essenciais para a caracterização da autonomia da lógica – características que serão retomadas mais tarde (em 1921) no *Tractatus*.

O primeiro aspecto destaca a independência da lógica com relação a toda questão que envolva critérios ontológicos para a sua resolução. Isso quer dizer que se as regras sintáticas para as funções são *em absoluto (überhaupt)* logicamente estabelecidas, então, toda teoria das coisas, tudo o que as coisas poderiam estabelecer sobre tais regras, é completamente inessencial ou, nas palavras de Wittgenstein, supérflua do ponto de vista lógico (*Ibidem*). A lógica estabelece regras que determinam que proposições são funções de verdades umas das outras sem que seja necessário recorrer a qualquer elemento “extra-lógico”, isto é, a lógica é anterior e completamente independente das relações e propriedades efetivas entre as coisas. Toda especificação daquilo que as regras sintáticas já determinam para expressão vero-funcional das proposições, não é logicamente

³ O caráter “indubitavelmente problemático” da análise foi anteriormente formulado no artigo “P dice P” de Cuter: “Não é claro quais são os critérios que devem guiá-la, nem quais seriam os indícios para eventualmente determinar quando tiver chegado ao fim” (CUTER, 1999, p. 56 e 57).

relevante e, por esse motivo, completamente supérfluo e externo ao escopo da lógica.

O segundo aspecto que marca o caráter completamente autônomo da lógica nas primeiras anotações dos *Notebooks* evidencia a impossibilidade do “erro lógico”: “Em certo sentido, tem de ser impossível errarmos na lógica. Isso já está *parcialmente expresso* ao dizer: ‘A lógica tem de cuidar de si mesma’. Este é um profundo e importante conhecimento” (*Ibidem*, 02/09/1914, meu itálico). Nessa passagem Wittgenstein destaca a impossibilidade de “construir” sinais ilegítimos, a impossibilidade de “formar” proposições que não expressem um sentido determinado, isto é, que as regras sintáticas não permitam a “formação” de sinais que vão de encontro a elas próprias⁴. Toda a legitimidade dos sinais está submetida a critérios lógicos, condições que logicamente estabelecem a sintaxe das proposições enquanto função de verdade umas das outras. “Sócrates é Platão” é um contrassenso porque um desses sinais não recebeu uma determinação arbitrária (*Ibidem*); ou, dito de outro modo, um aglomerado de palavras não consegue articular um sentido porque ainda não é possível reconhecer o significado de uma de suas partes. No entanto, um sinal tem de poder sinalizar de acordo com as regras sintáticas (*Ibidem*), caso contrário, do ponto de vista lógico, o sinal seria impossível ou, melhor dizendo, inexistente. A impossibilidade de construir sinais que violem as regras sintáticas, que sejam incapazes de sinalizar (de expressar um sentido determinado), revela a impossibilidade do “erro lógico”.

Após expor os aspectos que caracterizam a autonomia da lógica e explorar algumas consequências que eles trazem ao conceito de proposição, Wittgenstein introduz uma questão que incide sobre a “harmonia” entre a autonomia da lógica e a tarefa da filosofia: “Como é reconciliável com a tarefa da filosofia que a lógica tem de cuidar de si mesma?” (*Ibidem*, 03/09/1914). Vejamos, então, como a primeira entrada do dia 03/09/1914 versa sobre a possibilidade de conciliar a autonomia da lógica à tarefa da filosofia e impõe uma questão que atinge diretamente a possibilidade da filosofia:

⁴ É válido notar que, nessas passagens, Wittgenstein emprega os termos *Satz* e o termo *Zeichen* de maneira similar. Talvez *Satz* seja utilizada para adequar *Zeichen* à terminologia de Frege: “Frege diz: toda proposição bem formada tem de ter um sentido; e eu digo: Toda proposição possível é bem formada” (NB, p. 2; 02/09/1914). Entretanto, como veremos mais adiante, talvez o modo como o termo *SATZ* (a ênfase é de Wittgenstein; NB, p. 3) e *Zeichen* são introduzidos em outras notas, pode marcar a distinção entre proposições usuais (*SATZ*) e proposições completamente analisadas (o que em algumas anotações é caracterizado pelo emprego do termo *Zeichen*). Essa diferença será importante no momento em que examinaremos como, nas primeiras anotações dos *Notebooks*, Wittgenstein enfrenta o problema da possibilidade de uma análise completa e como, a partir deste problema, abre-se a alternativa de reconhecer o sentido pleno das proposições usais em sua superfície gramatical.

Como é reconciliável com a tarefa da filosofia que a lógica tem de cuidar de si mesma? Se, por exemplo, perguntarmos: tal e tal fato tem a forma sujeito-predicado? Devemos saber o que compreendemos por forma sujeito-predicado. Devemos saber *se* em absoluto há tal forma. E como podemos o saber? “Através do sinal!”, mas como? Nós não temos nenhum *sinal* desta forma. Podemos dizer: Temos sinais que se comportam tal como a forma sujeito-predicado. Mas realmente tem de existir fatos desta forma? A saber: quando aqueles forem completamente analisados. E aqui novamente se pergunta: existe uma análise completa? *E se não*: então, qual a tarefa da filosofia?!? (NB, 03/09/1914, §1).

O excerto parece salientar que o problema da análise é uma dificuldade para a “tarefa da filosofia”, o que é apresentado a partir de quatro pontos. Em primeiro lugar, a pergunta “tal e tal fato tem a forma sujeito-predicado?” identifica a tarefa da filosofia com a possibilidade de *especificar* a forma lógica de um fato, se determinado fato tem a forma sujeito-predicado. Em segundo lugar, a especificação dessa forma é possível através daquilo que “sabemos” por forma sujeito-predicado, ou seja, a determinação da forma específica de um fato é possível apenas no plano do sinal, uma vez que sinal e sinalizado compartilham a mesma forma lógica; desse modo, é “através do sinal” que a forma de um fato se mostra. Em terceiro lugar, Wittgenstein afirma que “nenhum sinal tem a forma sujeito-predicado” ou, dito de outro modo, não há sinais que tenham as formas das proposições usuais. Esse ponto é importante porque revela uma chave para interpretar a questão colocada no dia 03/09/1914 como um “problema lógico” – ora, se é do escopo da lógica esclarecer as condições de possibilidade dos sinais, como ela pode estabelecer por meio do sinal uma forma lógica qualquer? Caso a forma do sinal estivesse claramente determinada, a tarefa da filosofia viria, por assim dizer, de brinde, pois o sinal já mostraria a forma que ele compartilha com a realidade ou, melhor dizendo, o sinal forneceria as condições de sua analisabilidade; entretanto, o que Wittgenstein parece destacar nessa etapa é que não é possível identificar um sinal que serviria de “guia” para o processo de análise, um sinal que forneceria o paradigma lógico para o processo de distinção entre forma aparente da proposição e forma real do sinal e nem mesmo para a identificação formal entre sinal e sinalizado. Por fim, mesmo admitindo que existam sinais com formas usuais, ainda resta esclarecer como, em primeiro lugar, um processo de análise pode especificar a forma lógica dos sinais e, em segundo lugar, como esse processo pode também especificar a forma lógica dos fatos. Caso o processo de análise não exista, isto é, caso não seja possível chegar ao resultado final de tal processo, a filosofia não pode efetuar, segundo o início dos *Notebooks*, a tarefa que lhe é própria: a especificação da forma lógica dos sinais e dos fatos.

O que não fica claro na primeira entrada do dia 03/09/1914 é: em que medida a autonomia da lógica se relaciona ao problema da possibilidade e

efetividade de uma análise completa dos sinais ou em que medida ela deve se “conciliar com a tarefa da filosofia”? Indiquei acima uma possível chave de leitura para reconhecer que o problema da análise completa pode ser identificado como um problema para a autonomia da lógica. Antes de explorar essa leitura, deter-me-ei na caracterização de “tarefa da filosofia” apresentada no início dos *Notebooks* e como ela está intimamente relacionada ao problema da análise.

Prima facie, a inexistência de uma análise completa das proposições usuais parece inviabilizar os propósitos iniciais da filosofia, na medida em que seria impossível especificar a forma lógica dos fatos (a existência das formas sujeito-predicado, relacional etc.). Um possível caminho para trabalhar com as proposições sem uma análise completa, seria a alternativa russelliana de especificação das formas proposicionais embasada na auto-evidência, alternativa que é imediatamente excluída por Wittgenstein: “Portanto nós podemos perguntar: existe a forma sujeito-predicado? Existe a forma relacional? Existe de modo geral alguma das formas que Russell e eu sempre falávamos? (Russell diria: ‘Sim! Porque isto é evidente.’ *Hal!*)” (*Ibidem*, §2). De acordo com as anotações iniciais dos *Notebooks*, todo o problema filosófico se expressa na impossibilidade de compreender em que consiste a identidade lógica entre sinal e sinalizado, na dificuldade de compreender se, por exemplo, a proposição “A é bom” é da forma sujeito-predicado ou se a proposição “A é mais claro que B” é relacional; ou ainda, se os objetos simples (coisas) são pontos no campo visual (*Ibidem*, §§2-3). Ainda que sejam questões “genuinamente filosóficas”, elas revelam a impossibilidade de respondê-las de maneira negativa ou afirmativa e que, ao fim e ao cabo, elas não podem ser resolvidas. Se a alternativa da auto-evidência de Russel fosse aceita, a forma lógica da proposição se evidenciaria através de algum tipo de experiência que seria externa à sintaxe proposicional, o que Wittgenstein rejeita de maneira enfática na anotação do dia 22/08/1914⁵. Uma vez retirado o processo de análise e o critério russeliano da evidência como horizonte filosófico para a determinação das formas específicas das proposições e da existência de fatos com essas formas, a dificuldade que incide sobre a tarefa da filosofia se mantém e parece ser sublinhada pelas anotações iniciais dos *Notebooks*.

Embora o problema da análise completa das proposições recaia quase inteiramente sobre a tarefa da filosofia, examinarei como esse problema remonta antes a uma dificuldade da lógica em estabelecer critérios que evidenciem a

⁵ Mas, ao invés de recorrer a critérios ontológicos, talvez, a auto-evidência se refira a critérios psicológicos para o estabelecimento das regras sintáticas e das formas proposicionais. Sobre esse ponto, cf. GANDON, 2002, p. 127-129.

possibilidade de uma análise completa. Quer dizer, a impossibilidade da tarefa da filosofia de fornecer uma análise *efetiva* das proposições usuais decorre de uma impossibilidade da autonomia da lógica, da dificuldade em determinar critérios lógicos que *possibilitem* a analisabilidade das proposições do cotidiano – critérios que esclareceriam as condições *gerais* para a análise completa das proposições.

II

No último manuscrito das *Notes on Logic*, Wittgenstein apresenta o “panorama” da concepção de filosofia que ele tinha na época. Por um lado, há uma diferença marcante dessas notas em relação aos *Notebooks*. Em 1913, a lógica e a metafísica estão inseridas dentro do “campo filosófico”. Por outro lado, há algo que permanece essencialmente o mesmo. A lógica deve ser compreendida como autônoma, como a base da filosofia, e anterior à metafísica. Ademais, a filosofia é caracterizada como a doutrina dos “indefiníveis gerais”⁶, responsável por clarificar a forma essencial da linguagem que a proposição usual aparentemente escamoteia em sua superfície gramatical:

Na filosofia não há deduções: ela é puramente descritiva; A filosofia não dá imagens da realidade; a filosofia não pode confirmar e nem refutar a investigação científica; *A filosofia consiste em lógica e metafísica: a lógica é a sua base; [...] Desconfiar da gramática é o primeiro requisito para filosofar; [...] apenas a doutrina dos indefiníveis gerais nos permite compreender a natureza das funções. Negligenciar esta doutrina leva a obscuridades impenetráveis; a filosofia é a doutrina da forma lógica das proposições científicas (não apenas de proposições primitivas); a palavra filosofia deve sempre designar algo acima ou abaixo, mas não ao lado das ciências naturais (NL, p. 106. Itálicos meus).*

Nesse excerto, Wittgenstein apresenta uma lista de características essenciais à filosofia. Não é encargo da filosofia estabelecer proposições verdadeiras a respeito dos fatos através de um método dedutivo, esta tarefa diz respeito às ciências. Ainda que a filosofia tenha de estar acima ou abaixo das ciências naturais, ela não pode refutar ou confirmar a investigação científica, pois à filosofia reserva-se um outro tipo de investigação. A reflexão filosófica incide sobre aquilo que é fundamental às proposições da ciência, as condições que as tornam possíveis⁷. Pertence ao escopo filosófico descrever os indefiníveis gerais, isto é, a filosofia deve dar conta de esclarecer a forma lógica das proposições, as condições necessárias para a formação dos sinais. Uma doutrina da forma lógica faz-se necessária para que seja possível esclarecer a natureza das proposições.

⁶ No primeiro dos manuscritos das *Notes on Logic*, Wittgenstein afirma que há dois tipos de indefiníveis: nomes e formas (NL, p. 96). As formas lógicas das proposições são os indefiníveis gerais (*Ibidem*, p. 98, 106 e 107).

⁷ E aqui investigar as condições necessárias para a constituição das proposições, não diz respeito apenas às proposições científicas, mas a todas proposições, por assim dizer, à totalidade da linguagem.

Por esse motivo, a desconfiança na gramática: apenas a investigação filosófica pode desvelar a forma essencial que as proposições da linguagem comum, por assim dizer, escondem. Para que essa tarefa de esclarecimento da forma lógica essencial à linguagem seja efetuada, é necessário esclarecer de que maneira a filosofia se divide em duas partes. A primeira e que serve como base de todo empreendimento filosófico, o seu ponto de partida, é a lógica; a segunda, a metafísica, deve ser encarada como uma “consequência” da primeira, a sua possibilidade é fundamentalmente estabelecida pela lógica.

As *Notes on Logic* apresentam dois pontos que constituem a filosofia. O primeiro diz respeito ao esclarecimento do conceito de proposição, isto é, como é possível a constituição do símbolo proposicional. É o que se manifesta na possibilidade de compreensão da natureza das funções através da “doutrina dos indefiníveis gerais”. E aqui denuncia-se aquilo que é fundamental às proposições: somente a partir do esclarecimento do conceito de forma lógica torna-se possível a compreensão exata da natureza da proposição. A forma lógica é a característica essencial de todas as proposições. Uma proposição consegue apresentar seu sentido de maneira determinada através da forma de articulação entre seus elementos. Assim sendo, a forma lógica é uma das condições necessárias para a constituição das proposições, para que apresentem seus sentidos de maneira determinada. O empenho da filosofia fixa-se exatamente nisso, em revelar as condições que possibilitam a constituição do sinal proposicional e, conseqüentemente, clarificar a natureza da proposição.

A lógica, enquanto base da filosofia, parece cumprir o papel de esclarecimento da forma lógica das proposições de maneira [mais] genuína, já que as condições formais para constituição do sentido proposicional são logicamente estabelecidas. A lógica trabalha com todas as possibilidades, ela deve esclarecer as condições que possibilitam certo âmbito. Clarificar as condições necessárias à linguagem tem como requisito fundamental desconfiar da gramática, para mostrar que nem tudo está claro na superfície das proposições do senso comum e que é necessário buscar aquilo que é essencial a nossa linguagem. Justamente, o que a lógica faz é trazer à tona aquilo que é essencial à linguagem através de uma reflexão sobre as proposições que a constituem. O ponto de partida são as próprias proposições, aquilo que as fazem logicamente bem formadas e, por esse motivo, tão caro à lógica o estabelecimento das regras da sintaxe e as regras de inferência. Assim, a “doutrina da forma lógica” das proposições – tanto das primitivas quanto das científicas – deve ter como alicerce a lógica.

Cabe também observarmos a maneira pela qual a metafísica constitui o *corpus* filosófico, na medida em que ela deve ter como ponto de partida a lógica. Se à metafísica concerne o papel de desvendar a natureza das proposições, já

que ela compõe uma das partes da filosofia, essa tarefa deve incidir sobre o esclarecimento do conceito de forma lógica. Contudo, ainda que seja esse o papel da metafísica, ela não pode se sobrepor à lógica. Na abertura das *Notes dictated to Moore*, Wittgenstein afirma que a forma lógica das proposições e dos fatos é esclarecida através das “proposições” da lógica: “as assim chamadas proposições da lógica *mostram* as propriedades lógicas da linguagem e portanto do mundo, mas não *dizem* nada” (NM, p. 108). Se a metafísica tem de determinar a forma específica das proposições e revelar se há fatos com esta forma, então, ela tem de recorrer às propriedades gerais para constituição das proposições, propriedades que se mostram nas assim chamadas proposições da lógica. Consequentemente, a possibilidade da metafísica é determinada através da lógica, a partir do que se estabeleceu como condições completamente gerais para a constituição das proposições.

As propriedades lógicas das proposições mostram as propriedades dos fatos que elas representam e se há, por assim dizer, proposições da lógica, elas devem mostrar tais propriedades sem, no entanto, dizê-las – elas mostram *de maneira sistematizada* essas propriedades (*Ibidem*). Wittgenstein atenta para a não existência de “fatos lógicos” ou “objetos lógicos” que seriam *representados* (“*ditos*”) pelas proposições da lógica; o que estas proposições fazem é mostrar propriedades essenciais à linguagem e ao mundo – propriedades que não “estão” na linguagem e no mundo – e, por esse motivo, elas não representam nada. Se assim é, então, o que resta ao encargo da metafísica esclarecer? Se por meio das propriedades lógicas das proposições revelam-se as propriedades essenciais dos fatos, consequentemente, a lógica conseguiria revelar a estrutura essencial do mundo através daquilo que foi apresentado como estrutura essencial da linguagem. No limite, a tarefa de esclarecer a estrutura essencial dos fatos seria uma *consequência* do esclarecimento da estrutura essencial das proposições de nossa linguagem. Desse modo, a metafísica estaria submetida à lógica ou, por outras palavras, a metafísica seria essencialmente uma decorrência imediata da lógica.

Entretanto, talvez, possamos encontrar um papel próprio à metafísica nas *Notes on Logic*, uma “tarefa” de especificação das formas proposicionais e que não é necessária à lógica. Nessas notas, a especificação das formas lógicas não é caracterizada, de maneira explícita, como algo que a metafísica deve revelar. Estamos apenas sugerindo que, se a metafísica faz parte do escopo filosófico e se ela tem que estar submetida àquilo que a lógica estabeleceu de maneira geral sobre a forma proposicional, então, ao que tudo indica, a metafísica deve especificar a forma lógica de cada proposição e a forma dos fatos que elas representam. A maneira como Wittgenstein expõe o princípio da

plena determinação do sentido no terceiro manuscrito de 1913, pode dar suporte a nossa interpretação:

Todo enunciado sobre complexos aparentes pode ser resolvido no cálculo (soma, produto) lógico de um enunciado acerca dos constituintes e um enunciado acerca da proposição que descreve completamente o complexo. *Como, em cada caso, a resolução deve ser feita, é uma questão importante, mas essa resposta não é “incondicionalmente” necessária para a construção da lógica* (NL, p. 101. Os acréscimos entre parênteses e frase em itálico são meus).

Se relacionarmos o que Wittgenstein retrata nesse trecho com o que se apresenta ao final do quarto manuscrito de 1913, podemos identificar a lógica enquanto base da filosofia, enquanto autônoma e anterior à metafísica. Cabe à lógica esclarecer a possibilidade do “cálculo lógico”, revelar como enunciados complexos podem ser decompostos em enunciados mais simples, em proposições que descrevem completamente complexos no mundo. Por outro lado, não é necessário à lógica mostrar como, em cada caso específico, se dá a relação entre uma “proposição complexa/molecular” – que não descreve completamente o complexo – e a “proposição mais simples/atômica” – que está completamente analisada e descreve integralmente o complexo. A lógica pode prescrever que as proposições moleculares têm seus sentidos completamente determinados a partir de proposições atômicas: a lógica mostra a possibilidade de uma análise completa, que proposições moleculares podem ser analisadas em proposições atômicas, que descrevem completamente um fato no mundo⁸. A especificação de cada forma proposicional é logicamente inessencial, concerne à lógica determinar as condições de possibilidade de uma análise das proposições e não o seu resultado efetivo. Mesmo assim, ainda que a efetividade da análise não seja logicamente necessária, ela é importante em algum sentido para “completar” a filosofia.

Seguindo essa hipótese de leitura é possível reconhecer que, para o Wittgenstein das *Notes on logic*, cabe à lógica esclarecer a gramática de nossa linguagem. Ao final do quarto manuscrito, Wittgenstein parece dar ênfase a esse aspecto da lógica: “Desconfiar da gramática é o primeiro requisito para filosofar”. E não podemos esquecer que a lógica é esse “primeiro passo” para filosofar, ela constitui a base da filosofia. Desconfiar da gramática é reconhecer que a linguagem comum acarreta um grau de incerteza, que ela “oculta a estrutura da proposição: nela relações parecem ser predicados, predicados parecem nomes, etc.” (*Ibidem*, p. 107). A autonomia da lógica, tal como podemos

⁸ É o que Wittgenstein destaca no quarto manuscrito das *Notes on Logic* (cf. NL, p. 106). No segundo manuscrito essa ideia é também levantada: aquilo que na realidade deve corresponder a uma proposição, não pode ser mais do que o que corresponde as suas proposições atômicas, a proposição molecular não acrescenta nenhuma informação material que não esteja contida em seus átomos (cf. NL, p. 98).

encontrar nas *Notes on Logic*, deve mostrar, de modo completamente *a priori*, as condições que possibilitam uma análise completa das proposições moleculares e, com isso, esclarecer a gramática de nossa linguagem.

Nas *Notes on Logic*, está esboçada a distinção daquilo que a lógica pode antecipar de maneira completamente geral e aquilo que ela não pode determinar *a priori*. A lógica antecipa a forma geral das proposições, algo que todas elas têm em comum: todas são bipolares, complexas e são funções de verdade de proposições atômicas. Entretanto, não é logicamente possível determinar *a priori* a forma específica de cada proposição e, conseqüentemente, a exigência de tal especificação escapa do escopo da lógica. Especificar as formas das proposições atômicas – se elas têm a forma sujeito-predicado, relacional etc.: “através do símbolo de uma proposição atômica que podemos saber (*know*) se ela é uma proposição sujeito-predicado” (NL, p. 107) – é uma demanda metafísica que visa integralizar a totalidade da filosofia e que pressupõe as condições logicamente possíveis de análise das proposições usuais. Portanto, segundo as *Notes on Logic* e as *Notes dictated to Moore*, a base da filosofia é a lógica, a determinação das condições que possibilitem esclarecer o caráter aparentemente vago de nossa linguagem, isto é, as condições que permitem determinar integralmente a forma e o sentido das proposições usuais; a especificação de cada forma e do fato que cada proposição representa é o resultado que se pode extrair daquilo que em geral foi logicamente determinado, o que não é essencial para a lógica, mas é importante para completar o aspecto metafísico da filosofia.

III

Mas como podemos situar o problema da conciliação entre autonomia da lógica e a tarefa da filosofia, tal como apresentado no início dos *Notebooks*, em relação à concepção de filosofia que Wittgenstein expusera meses antes nas *Notes on Logic* e nas *Notes dictated to Moore*? Em primeiro lugar, as três notas concebem a lógica como a base da filosofia. Ainda que o início dos *Notebooks* não se refira ao duplo aspecto da filosofia (lógica e metafísica), tal e qual nas *Notes on logic*, podemos reconhecer que a lógica tem que ser completamente anterior e autônoma à “tarefa da filosofia” que, nos *Notebooks*, “encarna” a metafísica. Nesse sentido, a autonomia da lógica tem que mostrar, de maneira completamente geral, as regras sintáticas para as funções, as propriedades e relações formais entre proposições e, conseqüentemente, a forma geral que toda e qualquer proposição necessita para expressar um sentido. Em segundo lugar, nos *Notebooks*, a tarefa da filosofia é idêntica à metafísica, na medida em que, ali, saber a forma particular de uma proposição e a forma particular de um fato constituem os propósitos fundamentais da filosofia. Acerca desses dois pontos, as três notas são essencialmente similares: a lógica deve mostrar a forma da

proposição de maneira completamente geral – e também a forma geral do universo (NM, p. 108) –, sem necessitar de nada externo a ela própria; a tarefa da filosofia é uma consequência da autonomia da lógica, já que, a partir daquilo que se estabeleceu de maneira completamente geral sobre a forma proposicional é possível mostrar a forma particular da proposição e do fato representado. Assim, a partir desses dois pontos, podemos reconhecer uma “preocupação” lógico-filosófica comum às três notas que perpassam os anos de 1913 e 1914.

Tal como apresentado nos *Notebooks*, a desarmonia entre a tarefa da filosofia e a autonomia da lógica consiste na suposição de que o propósito filosófico forneceria um critério para a análise completa das proposições por meio da existência das formas particulares. Dito de outro modo, a filosofia pretende “saber” se uma proposição tem a forma sujeito-predicado, relacional etc. por meio da existência de fatos com essas formas; consequentemente, a condição que permitiria identificar a forma das proposições por meio da análise estaria embasada nos fatos. E aqui está a dificuldade de conciliar a tarefa da filosofia e a autonomia da lógica. Para cuidar de si mesma, a lógica não pode recorrer aos fatos para revelar a existência de certas formas. A lógica mostra, por intermédio das regras sintáticas, que toda e qualquer proposição tem o seu sentido constituído por meio de uma forma; que proposições e fatos têm uma forma lógica comum, é uma das condições gerais para que a proposição possa exprimir o seu sentido. Se a plena determinação do sentido das proposições revela-se ao final do processo de análise, ao revelar a forma lógica compartilhada entre proposição e fato, então, a lógica poderia antecipar apenas as condições gerais para a realização de tal processo. Essas condições não podem ser justificadas pela existência de fatos com formas específicas, pois isso faria com que a lógica deixasse de ser autônoma. A tarefa da filosofia não pode se sobrepor à lógica. Se deve existir uma análise completa e se o final da análise deve mostrar proposições e fatos com formas em comum, a especificação de quais seriam essas formas é uma tarefa da filosofia. No entanto, esta tarefa não pode justificar aquilo que a lógica estabelece, de maneira completamente geral, sobre a forma proposicional e o processo de análise.

A inexistência de uma análise completa das proposições impossibilita a própria tarefa da filosofia ou, por outras palavras, a falta de um critério que possibilite identificar, ao final da análise completa, qual a forma particular comum a uma proposição e a um fato, revela a dificuldade de realizar os propósitos filosóficos. A experiência não pode fornecer a forma lógica das proposições usuais, isto é, o critério para o final da análise não pode ser fornecido pela experiência (cf. NB, 03/09/1914, §3). As condições para realização do processo de análise completa dos sinais têm de ser puramente lógicas e, portanto, a filosofia tem de estar embasada em critérios lógicos para

que seja possível desempenhar a sua tarefa. Essa perspectiva está implícita no *slogan* “a lógica tem de cuidar de si mesma”: se cabe à lógica mostrar como sinais podem sinalizar via as regras sintáticas e se cabe à filosofia mostrar a forma particular do sinalizado, então, a possibilidade da tarefa da filosofia tem como base as regras da sintaxe lógica dos sinais. No entanto, se as regras sintáticas devem mostrar as condições de possibilidade para a análise completa das proposições usuais – mostrando que proposições são funções de verdade de proposições mais simples –, então, a tarefa filosófica de efetivação do processo de análise tem como pressuposto aquilo que a lógica determinou de maneira completamente geral sobre a analisabilidade das proposições.

A partir das anotações iniciais dos *Notebooks*, o problema da análise completa pode ser colocado como uma dificuldade para a autonomia da lógica e, se o problema se mantém, permanece também a dificuldade da filosofia em realizar a tarefa que lhe é própria. De fato, parece que a questão colocada no dia 03/09/1914 incide mais sobre a autonomia da lógica do que sobre a tarefa da filosofia: é a autonomia da lógica que deve se *conciliar* com a tarefa da filosofia. A lógica tem de mostrar, de maneira geral, os critérios para uma análise completa dos sinais, uma análise que, de acordo com as primeiras anotações dos *Notebooks*, deve revelar a particularidade formal entre sinal e seu sinalizado. O problema consiste em mostrar os critérios para a realização de uma análise completa sem que a lógica deixe de ser autônoma. Há duas maneiras para reconhecer que essa dificuldade atinge a autonomia da lógica. A primeira delas evidencia a falta de critérios lógicos para a operação de uma análise completa dos sinais. A segunda caracteriza a falta de um critério lógico que permita identificar o final da análise⁹.

O trecho “nós devemos saber em absoluto se existe tal forma. (...) Nós não temos nenhum *sinal* dessa forma” (NB, 03/09/1914) parece sinalizar a falta de um critério lógico que determinasse um parâmetro para a realização do processo de análise completa, um critério que estabelecesse como *em absoluto* devemos proceder com a análise para determinar uma forma lógica específica. É claro que a lógica não pode estabelecer quais são as formas específicas dos sinais, mas ela tem que esclarecer quais os critérios que *possibilitam* determinar as formas de todo e qualquer sinal, isto é, como um sinal *possível* pode ser analisado tendo em vista a sua especificidade formal e o sentido específico que ele sinaliza. Nesse caso, a análise tem de estar embasada em critérios lógicos que possibilitem efetuar-la e, no entanto, como determiná-los? O ponto central em que o problema parece repousar, evidencia-se na impossibilidade de determinar –

⁹ (CUTER, 1999, p. 56 e 57). Estamos sugerindo que este caráter problemático da análise que Cuter aponta como sendo o do *Tractatus*, está presente no início dos *Notebooks* e que, ali, ele está essencialmente vinculado à autonomia da lógica.

através dos sinais – critérios lógicos que revelassem o modo como eles devem ser analisados, ou seja, que não há nada no sinal que sirva de paradigma lógico para o procedimento de análise – como se fosse impossível reconhecer no próprio sinal as *condições lógicas* de sua analisabilidade.

Outro modo de identificar as dificuldades que a análise completa impõe à autonomia da lógica, revela-se na impossibilidade de fornecer critérios completamente lógicos para o final da análise. Ao final da primeira entrada do dia 03/09/1914, Wittgenstein concede ainda um pouco mais à lógica: suponha que seja possível identificar os critérios que determinem a forma específica de um sinal ou, ainda, “que temos sinais que se comportam tal como sinais da forma sujeito-predicado”; mas isso permite dizer que há critérios para reconhecer que a análise chegou a um fim? Que a possibilidade de estabelecer a forma específica de um sinal já garante a identidade lógica entre sinal e sinalizado? Ainda que seja tarefa da filosofia fornecer uma análise efetiva dos sinais, revelando a identidade formal entre sinal e sinalizado (se as formas existem), essa tarefa não pode ser efetuada sem a determinação dos critérios lógicos que permitem reconhecer que a análise chegou ao seu fim. É como se a própria estrutura do sinal completamente analisado não revelasse a maneira pela qual ele logicamente se identifica com o seu sinalizado ou, dito de outro modo, parece não haver critérios puramente lógicos que mostrassem que o sinal está completamente analisado – que a sua forma real está completamente esclarecida, que o seu sentido está completamente determinado.

Uma alternativa a esse impasse, completamente estranha aos textos do primeiro Wittgenstein (principalmente, estranha ao *Tractatus*), é apresentada na sequência de notas que se seguem ao dia 03/09/1914: a alternativa de que a análise completa não é necessária, que a forma real da proposição já se deixa mostrar em sua própria estrutura gramatical usual.

IV

Um caminho explorado por Wittgenstein para tratar as dificuldades que assolam a autonomia da lógica é: e se a lógica das proposições usuais é de tal modo que não seria necessário analisá-las completamente para determinar os seus sentidos? Obviamente, se assim fosse, a forma real da proposição usual estaria às claras em sua superfície gramatical ou, melhor dizendo, a distinção entre forma real (que estaria “submersa” na gramática cotidiana) e forma aparente (que estaria na superfície de nossa gramática) desapareceria. É essa a alternativa que os *Notebooks* examinam nas primeiras anotações de 1914 e que

são retomadas em boa parte das notas de 1915¹⁰. Ainda que essa alternativa seja tratada em um breve período da filosofia do primeiro Wittgenstein, é válido examiná-la para que possamos compreender quais os problemas que o conceito de análise enfrenta e como eles afetam a autonomia da lógica.

Nas duas primeiras entradas do dia 04/09/1914, Wittgenstein introduz a possibilidade de trabalhar com as proposições usuais sem uma análise completa, a possibilidade de compreender a proposição da forma sujeito-predicado sem saber da existência de um fato com essa forma. Quer dizer, se não é necessário recorrer à forma lógica do “sinal”, que se revelaria ao final da análise para que se compreenda como a proposição expressa um sentido completamente claro, então, a proposição já mostra uma forma real, ela expressa tudo aquilo que é necessário para a compreensão de seu sentido:

Se a existência de uma *proposição* (*Satz*) sujeito-predicado não mostra tudo que é necessário (*alles Nötige zeigt*), então isso apenas poderia ser de todo mostrado com um fato particular daquela forma. E o conhecimento (*Kenntnis*) de um tal não pode ser essencial para a lógica.

Suponha que nós tivéssemos um sinal (*Zeichen*) que *realmente* fosse da forma sujeito-predicado, seria ele de alguma forma uma expressão mais adequada da proposição sujeito-predicado do que as nossas proposições sujeito-predicado? Parece que não! Residiria isso na relação de significação? (NB, 04/09/1914, §§1-2).

O trecho retoma parte do que era expresso no dia 02/09/1914: toda e qualquer proposição expressa um sentido determinado por meio das regras da sintaxe lógica, independente de sua verdade ou falsidade. Além disso, Wittgenstein apresenta uma distinção marcante entre sinal (*Zeichen*) e proposição (*Satz*): o sinal (*Zeichen*) é caracterizado por expressar o seu sentido de maneira integral por meio de uma forma lógica mais “adequada”, completamente esclarecida (a forma real) e, portanto, não carece de uma análise mais apurada para determinar o seu sentido; por sua vez, a proposição (*Satz*) exprime um sentido aparentemente vago por meio de sua forma lógica usual (sujeito-predicado, relacional etc.) e necessita de uma análise para a determinação integral de seu sentido. Essa distinção entre sinal e proposição é introduzida na passagem supracitada para imediatamente ser criticada, pois o dia 04/09/1914 explora a possibilidade de não haver uma distinção entre sinal e proposição, entre forma real e forma aparente – além disso, uma vez que a possibilidade da análise é colocada em suspenso no dia 03/09/1914, a passagem da proposição para o sinal se revela problemática. Mesmo que a proposição não mostre em sua

¹⁰ Não pretendo analisar as passagens de 1915 em que o problema análise ressurgiu, isso demandaria um exame detalhado do conceito de objeto e as possíveis relações que os objetos simples mantêm com o sujeito (o Eu) nas últimas anotações desse ano, o que foge da proposta inicial deste artigo.

estrutura gramatical a sua forma real e a plena determinação de seu sentido, talvez, isso pudesse ser mostrado através de um fato que tenha a mesma forma lógica que a proposição – o que não é necessário à lógica, já que ela tem de esclarecer como a proposição expressa um sentido determinado em si mesma, por meio de sua “constituição” lógica. Uma vez suspensa a possibilidade de uma análise efetiva das proposições usuais, o dia 04/09/1914 esclarece como a proposição usual mostra em si mesma um sentido completamente determinado, como ela mostra em sua estrutura usual a sua forma essencial sem que fosse necessário recorrer a uma forma mais adequada (a forma do sinal) para determinar o seu sentido. Nesse caso, a distinção entre sinal e proposição não parece ser logicamente necessária para a compreensão “mais exata” do sentido proposicional.

A ideia de que o sinal deveria expressar de maneira mais adequada o sentido das proposições sujeito-predicado, encontra a sua limitação: ou bem o sinal tem uma forma totalmente diferente da proposição sujeito-predicado e, com isso, não seria possível reconhecer como o sinal está essencialmente vinculado a ela; ou bem o sinal tem a mesma forma da proposição sujeito-predicado, o que revelaria que os seus modos de expressão não se distinguem e, portanto, que um não é mais adequado do que o outro. Desse modo, o início dos *Notebooks* elimina a distinção entre forma aparente das proposições e a forma real dos sinais, a forma usual da proposição já mostra tudo aquilo que é necessário para a compreensão de seu sentido.

Ao dissolver a distinção entre a forma aparente da proposição e a forma real do sinal, Wittgenstein afasta do horizonte lógico o problema da possibilidade de uma análise completa das proposições usuais. Se, por um lado, o dia 03/09/1914 apontava para o problema de encontrar critérios lógicos que possibilitassem a analisabilidade das proposições e que permitissem reconhecer quando a análise chegou ao seu fim, por outro lado, o dia 04/09/1914 elimina a necessidade de uma análise completa, já que a distinção entre sinal e proposição desaparece. Talvez, seja para essa alternativa que aponta a seguinte passagem dos *Notebooks*: “Será que se pode dizer: A lógica *não* se preocupa com a analisabilidade das funções com que ela trabalha” (NB, 06/09/1914, §2). Uma vez que as proposições usuais já “mostram tudo o que é necessário” para a compreensão do seu sentido, a distinção entre sinal e proposição desaparece, assim como, desaparece a necessidade lógica em esclarecer as condições de possibilidade para uma análise completa que revelasse a forma real do sinal ofuscada pela forma aparente das proposições.

Embora os *Notebooks* flertem com a possibilidade de trabalhar com proposições usuais sem a perspectiva de uma análise completa, essa alternativa não se apresenta livre de dificuldades. Se, por um lado, a “proposição não

analisada diz (*aussagt*) claramente algo *completamente determinado*”, por outro lado, a sua sintaxe não se mostra claramente em sua superfície gramatical e, com isso, o problema da análise recai novamente sobre a autonomia da lógica:

Será que não podemos dizer: Não se trata de termos de lidar com proposições sujeito-predicado não analisadas, mas que as nossas proposições sujeito-predicado se comportarem como tal em *toda* relação, i.é., que a lógica de *nossas* proposições sujeito-predicado é a mesma que a lógica daquelas outras. Trata-se para nós de completar a lógica, e a nossa objeção principal contra as proposições sujeito-predicado não analisadas era que nós não podemos estabelecer a sua sintaxe enquanto não conhecermos a sua análise. Mas não tem de a lógica de uma proposição sujeito-predicado aparente ser a mesma lógica de uma real? Desde que uma definição é de todo possível, que dá a forma da proposição sujeito-predicado...? (NB, 07/09/1914, §2).

Wittgenstein retoma a questão sobre a possibilidade de estabelecer as regras sintáticas para as funções ou, dito de outro modo, a possibilidade de esclarecer a sintaxe das proposições. Mesmo que a proposição não analisada mostre um sentido completamente determinado, que a sua forma lógica é a mesma que aquela da proposição completamente analisada, a sua sintaxe tem de ser ainda estabelecida por meio do processo de análise lógica. Quer dizer, completar a lógica é estabelecer as regras sintáticas para o uso de nossas proposições, regras que especifiquem o uso adequado que fazemos de nossas palavras. Por exemplo, sabemos qual o sentido da sentença “todo cisne é preto” e que ela tem a forma sujeito-predicado, todavia, ela faz um uso ambíguo de seus termos: em nosso uso cotidiano da linguagem, a palavra “todo” é tomada como um nome e a palavra “é” como um sinal que indica a cópula. Mas se o problema com a proposição usual se apresenta na impossibilidade de estabelecer um emprego integralmente claro dos sinais que a compõem e se ele só pode ser resolvido por meio da análise completa, como então é possível completar a análise sem abrir mão da autonomia da lógica? Isto é, para que a lógica seja autônoma é necessário completá-la?

A distinção entre proposição usual e proposição completamente analisada (o sinal) é retomada no dia 07/04/1914 não tanto para distinguir a forma aparente da forma real – ou que uma exprime um sentido de maneira mais clara que a outra –, mas para sublinhar que a proposição usual não apresenta, de maneira completamente clara, o modo como ela se relaciona ao seu sinalizado. A vantagem de trabalhar com a proposição completamente analisada é que ela mostra, em sua estrutura gramatical, o modo como se relaciona ao seu sinalizado, pois ela “contém o mesmo tanto de nomes do que a sua referência tem de coisas; este fato é um exemplo da representação universal (*allumfassenden Darstellung*) do mundo através da linguagem” (NB, 12/10/1914, §1). A proposição completamente analisada (o sinal) representa de maneira

determinada uma parcela do mundo, pois nela não se pode distinguir nem mais e nem menos do que aquilo que representa (NB, 04/09/1914, §4); nesse caso, a proposição tem uma sintaxe claramente estabelecida, em que se revela, por meio do emprego proposicional dos nomes, a maneira como ela representa uma concatenação imediata de objetos no mundo. É válido notar que a identidade lógica entre sinal e sinalizado é determinada a partir da relação interna entre eles, isto é, uma relação lógica que determina necessariamente que “esse sinal” representa “aquele sinalizado”, o que remete a uma identidade fundamental (interna) entre eles – isto é, o sinal mais o seu “método de designação” determinam completamente aquilo que eles sinalizam e refletem a identidade lógica entre sinal e sinalizado (cf. NB, 26/10/1914). Desse modo, proposições completamente analisadas mostram a sua sintaxe claramente, ao revelarem o método pelo qual os sinais que a constituem sinalizam, ao mostrarem como empregam os sinais para a constituição de um sentido.

Entretanto, o dia 11/10/1914 retoma mais uma vez o problema da análise completa: “A nossa dificuldade aqui, aparentemente, está nisso, que a analisabilidade ou o seu oposto não é refletida na linguagem. Isto é: nós *não* podemos, como parece, extrair apenas da linguagem se, p. ex., fatos sujeito-predicado realmente existem ou não” (NB, 11/10/1914, §1). Embora seja possível imaginar uma proposição que mostrasse claramente o seu método de designação, como ela se relaciona logicamente ao seu representado por meio da análise completa, não há critérios lógicos que permitissem reconhecer como essa análise deveria proceder. A linguagem comum não fornece esses critérios, ela não reflete a maneira como as suas proposições devem ser analisadas. E o problema da análise completa desemboca no problema da plena determinação do sentido: não podemos reconhecer se fatos com formas particulares existem, isto é, não podemos exprimir se este fato existe ou o seu oposto (*Ibidem*). A solução para esse impasse é, mais uma vez, reconhecer que a proposição usual já exprime um sentido determinado, uma vez que toda proposição não analisada já deve mostrar as propriedades lógicas daquilo que ele representa. Essa alternativa envereda a possibilidade de trabalharmos “com sinais que nada designam, mas apenas ajudam a expressar através de suas propriedades lógicas” (*Ibidem*). Desse modo, a proposição “Sócrates era careca”, por exemplo, mostraria que o fato por ela representado tem a forma sujeito-predicado, que os sinais “Sócrates” e “careca” indicariam o “sujeito” e o “predicado” que ocorrem no fato, e tudo isso apenas com as propriedades lógicas dos próprios sinais, sem que a análise determinasse como eles realmente designam¹¹.

¹¹ Wittgenstein utiliza dois exemplos da matemática que, talvez, nos auxiliem esclarecer a possibilidade de trabalhar sem a análise completa. As proposições sobre números infinitos, por exemplo, são

Considerações finais

A reconstituição da gênese do conceito de análise e suas implicações para a autonomia da lógica presente no *Tractatus* pode ser remetida ao início dos *Notebooks*, em que a possibilidade de uma análise completa das proposições é problematizada. Em 1914, coloca-se em questão a *necessidade lógica* de determinar as *condições de possibilidade* da análise completa das proposições, condições que seriam necessárias para a determinação do sentido proposicional. Nesse período, Wittgenstein explora a alternativa de trabalhar com as proposições sem uma análise completa, que, ao invés de se reportar a proposições completamente analisadas, seria necessário esclarecer a maneira como os sinais, no uso cotidiano de nossas proposições, ajudam a expressar o sentido proposicional por meio de certas propriedades lógicas – como se o modo pelo qual a proposição não analisada representa já estivesse determinado pelas propriedades lógicas dos sinais que a compõe. Seguindo essa perspectiva, a tarefa que Wittgenstein “tomava” como sendo a da filosofia, deveria ser revista. Se a suposta tarefa da filosofia era a de *especificar* a forma lógica dos fatos por meio de uma análise efetiva das proposições, uma vez colocada em suspenso a possibilidade de uma tal análise, coloca-se em questão a tarefa fundamental que Wittgenstein inicialmente tomava como própria à filosofia.

O problema da análise não é, por assim dizer, definitivo no itinerário filosófico retratado nos *Notebooks*. Dentro desse conjunto de anotações, deparamo-nos com certo caráter de “tentativa”, em que Wittgenstein “experimenta” soluções para certos problemas que nem sempre se desenvolvem – e não são raras as vezes em que Wittgenstein trabalha uma alternativa para logo em seguida descartá-la. Entretanto, é possível reconhecer nos *Notebooks* – bem como as *Notes on Logic* e as *Notes dictated to Moore* – as etapas que Wittgenstein percorreu para que certo conceito pudesse se apresentar de maneira definitiva na obra de 1921. Esse é o caso do conceito de análise e a sua relação com a lógica e a filosofia. Nos *Notebooks*, não está completamente esclarecido se é do escopo da lógica esclarecer as condições de possibilidade de uma análise completa das proposições usuais, se as condições para a plena determinação do sentido proposicional por meio da análise era uma necessidade lógica; nem

constituídas por signos *finitos* (NB, 11/10/1914) – designamos os números naturais por $N [0,1,2,3,4,5...]$; se tivéssemos que analisar completamente essa proposição, a análise perduraria infinitamente, teríamos que decompô-la em uma infinidade de sinais para determinar o seu sentido completamente. No caso do número “cem milhões”, seria necessário cem milhões de sinais para “descrevê-lo” completamente (*Ibidem*). Mas se os sinais *ajudam expressar* sem a análise completa, sem que seja necessário revelar um modo mais adequado de designação, então, as propriedades lógicas do sinal do conjunto N e do sinal de 100.000.000 mostrariam os seus sentidos sem a necessidade de recorrer a uma análise infinita ou a uma análise com “cem milhões” de sinais.

mesmo é possível determinar qual a tarefa fundamental da filosofia, se caberia à filosofia especificar a forma lógica dos fatos por meio da análise de nossas proposições. O *Tractatus*, por sua vez, apresenta a resolução dessas dificuldades de modo definitivo para o primeiro Wittgenstein. A lógica do *Tractatus* está engajada com o esclarecimento das condições de possibilidade de uma análise plena das proposições usuais, com as condições que possibilitam a plena determinação do sentido proposicional, deixando à aplicação da lógica o papel de especificar a forma das proposições completamente analisadas e a forma dos estados de coisas que elas afiguram. Em 1921, o escopo filosófico é redefinido, visto que a filosofia é tomada enquanto atividade responsável por esclarecer os limites da linguagem e eliminar os contrassensos presentes nas proposições usuais; no caso da análise completa das proposições, na medida que ela auxilia atividade filosófica, cabe mostrar (esclarecer) que certas palavras não têm o significado que a filosofia tradicionalmente atribuía a elas – é nesse sentido que o *Tractatus* afirma: “o fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos” (TLP, 4.112) e tendo como suporte a análise lógica, a filosofia conseguiria *mostrar definitivamente* que “sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições” (TLP, 6.53).

Referências

CUTER, J. V. G. “p dice p”. In: *Theoria* (Madrid), México D.F., v. 8-9, p. 51-60, 1999.

GANDON, S. *Logique et Langage: études sur le premier Wittgenstein*. Paris: VRIN, 2002.

NAKANO, A. Notas de Ramsey ao *Tractatus* de Wittgenstein e versão preliminar dos *Foundations of Mathematics*, 2018.

WITTGENSTEIN, L. *Notebooks (1914-1916)*. Edited by G. H. von WRIGHT and G. E. M. ANSCOMBE. (with an English translation by G. E. M. ANSCOMBE). Blackwell, 1961.

_____. “Notes dictated to G.E. Moore in Norway (1914)”. In: *Notebooks (1914-1916)*, Appendix II. Ed. von Wright and Anscombe. Blackwell, 1961.

_____. “Notes on Logic (1913)”. In: *Notebooks (1914-1916)*, Appendix I. Ed. von Wright and Anscombe. Blackwell, 1961.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução, apresentação e estudos introdutórios de Luiz Henrique Lopes dos Santos. [Introdução de Bertrand Russell]. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.

E-mail: gusmichetti@gmail.com

Recebido: Março/2019

Aprovado: Outubro/2019